

INFRAESTRUTURA ESCOLAR: A POLÍTICA EDUCACIONAL DA ESTRATÉGIA 7.18 DO PME DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS-RJ¹

Rubem Barboza Ferreira Neto²

Universidade de Santiago de Compostela (USC)

RESUMO

Propõe-se avaliar se houve avanços na infraestrutura das escolas públicas municipais dos anos finais do ensino fundamental de Armação dos Búzios-RJ, a partir do advento da estratégia 7.18 do Plano Municipal de Educação 2015-2025 como política pública educacional. Foi realizada a triangulação metodológica entre os resultados encontrados, o Censo Escolar 2023 (a infraestrutura) e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica 2023 (Ideb). O presente artigo foi desenvolvido no escopo do componente curricular Educação Física. Utilizou-se a metodologia investigativa qualitativa no formato de estudo de casos múltiplos. A coleta dos dados ocorreu pela entrevista semiestruturada. A técnica utilizada para o tratamento dos dados foi a análise de conteúdo. Infere-se a partir dos resultados que a estratégia 7.18 do Plano Municipal de Educação 2015-2025 de Armação dos Búzios-RJ não foi cumprida, conforme preconiza a legislação. Em síntese, a análise dos dados das cinco escolas investigadas comprova a ausência, a paralisia, a não efetivação e o empobrecimento da infraestrutura escolar de laboratório de ciências, quadra de esportes, espaços para práticas culturais e artísticas e da acessibilidade para pessoas com deficiência durante as aulas do componente curricular Educação Física, portanto, de falhas na entrega por parte do Poder Executivo Municipal. Logo, avalia-se que, até o período analisado (novembro de 2019), não houve avanços nesta importante política pública educacional na área de infraestrutura escolar.

Palavras-chave: Políticas educacionais; Infraestrutura escolar; Educação Física.

SCHOOL INFRASTRUCTURE: THE EDUCATIONAL POLICY OF STRATEGY 7.18 OF THE PME OF ARMAÇÃO DOS BÚZIOS-RJ

ABSTRACT

It is proposed to evaluate whether there have been advances in the infrastructure of municipal public schools in the final years of elementary school in Armação dos Búzios-RJ, since the advent of strategy 7.18 of the Municipal Education Plan 2015-2025 as an educational public policy. Methodological triangulation was conducted between the results found, the 2023 School Census (infrastructure) and the 2023 Basic Education Development Index (Ideb). This article was developed within the scope of the Physical Education curricular component. The technique used for data treatment was content analysis. Data were collected through semi-structured interviews. Data were treated through content analysis. It

¹ A íntegra da referida pesquisa é fruto de tese de doutoramento em Educação, intitulada: “Entre o sonho e a realidade: o ‘status quo’ da Educação Física escolar brasileira”. Acesso em: <https://minerva.usc.es/xmlui/handle/10347/27535>. - Minerva: Repositório Institucional da USC.

² Doutor em Educação pela Universidade de Santiago de Compostela (USC). Professor vinculado à Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Armação dos Búzios, Rio de Janeiro - RJ, Brasil, lotado na Escola Municipal Professora Regina da Silveira Ramos Vieira, Loteamento Águas Claras, s/n, Bairro: São José. CEP: 28950-000. Integrante do Grupo Internacional de Pesquisas em Políticas, Práticas e Gestão da Educação (GIPPPGE) da Universidade de Pernambuco (UPE), Guaranhuns, Pernambuco - PE, Brasil. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-7095-0325>. E-mail: rubem.barboza@rai.usc.es.

is inferred from the results that strategy 7.18 of the Municipal Education Plan 2015-2025 of Armação dos Búzios-RJ was not complied with, as recommended by the legislation. In summary, the analysis of the data from the five schools investigated proves the absence, paralysis, non-effectiveness and impoverishment of the school infrastructure of science laboratory, sports court, spaces for cultural and artistic practices and accessibility for people with disabilities during the classes of the Physical Education curricular component, therefore, failures in the delivery by the Municipal Executive Branch. Therefore, it is assessed that, until the period analyzed (November 2019), there were no advances in this important public educational policy in school infrastructure.

Keyword: Education Policies; School infrastructure; Physical Education.

INFRAESTRUCTURA ESCOLAR: LA POLÍTICA EDUCATIVA DE LA ESTRATEGIA 7.18 DEL PME DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS-RJ

RESUMEN

Se propone evaluar si hubo avances en la infraestructura de las escuelas públicas municipales en los últimos años de la enseñanza básica en Armação dos Búzios-RJ, desde el advenimiento de la estrategia 7.18 del Plan Municipal de Educación 2015-2025 como política pública educativa. Se realizó una triangulación metodológica entre los resultados encontrados, el Censo Escolar 2023 (infraestructura) y el Índice de Desarrollo de la Educación Básica (Ideb) 2019. Este artículo se desarrolló en el ámbito del componente curricular de Educación Física. Se utilizó la metodología de investigación cualitativa en el formato de estudios de caso múltiples. Los datos fueron recolectados a través de entrevistas semiestructuradas. La técnica utilizada para el tratamiento de los datos fue el análisis de contenido. De los resultados se infiere que no se cumplió con la estrategia 7.18 del Plan Municipal de Educación 2015-2025 de Armação dos Búzios-RJ, como lo recomienda la legislación. En síntesis, el análisis de los datos de las cinco escuelas investigadas evidencia la ausencia, parálisis, ineficacia y empobrecimiento de la infraestructura escolar de laboratorio de ciencias, cancha deportiva, espacios para prácticas culturales y artísticas y accesibilidad para personas con discapacidad durante las clases del componente curricular de Educación Física, por lo tanto, fallas en la impartición por parte del Poder Ejecutivo Municipal. Por lo tanto, se evalúa que, hasta el período analizado (noviembre 2019), no hubo avances en esta importante política pública educativa en el área de infraestructura escolar.

Palabras clave: Políticas educativas; Infraestructura escolar; Educación Física.

INTRODUÇÃO

No Brasil, no contexto nacional e regional, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) (Brasil, 2020a, 2020b, 2020c) é referência quando se busca avaliar a infraestrutura escolar (IE). Logo, outros estudos reconhecem os dados do Censo da Educação Básica como instrumento de análise da IE (Alves; Xavier, 2018; Duarte *et al.*, 2019; Soares Neto *et al.*, 2013). Ao passo que pesquisas brasileiras relacionam a IE à Educação Física (EF) (De Paula *et al.*, 2012; Ferreira Neto, 2020, 2022, 2024), consagram a necessidade de provisão de instalações educacionais (Garcia *et al.*, 2014; Santos; Capellini, 2021) e possibilitam a hermenêutica do Plano Municipal de Educação (PME), notadamente, a estratégia 7.18 (Prefeitura Municipal de Armação dos Búzios [PMAB], 2015).

Enquanto fenômeno da educação pública, a IE não está evidenciada de forma clara nos marcos legais educacionais de maior consistência e robustez, como a Lei nº 9.394 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996; a Lei nº 13.005 - o Plano Nacional de Educação de 2014 (PNE) e; a Constituição Federal de 1988 (CF) (Brasil, 1996, 2014, 2018). Embora a LDB não mencione explicitamente a IE, ela destaca no art. 4, inciso IX, que é prerrogativa do Estado estabelecer a educação escolar pública mediante a garantia de “padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem” (Brasil, 1996). Destarte, Alves e Xavier (2018, p. 710), ressaltam a relevância da IE: “a importância da infraestrutura é reconhecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e nos planos nacionais da educação”.

Isto posto, Sá e Werle (2017, p. 397) inferem sobre a necessidade do aumento da produção acadêmica de estudos que envolvam a IE e o espaço físico, pois isto “pode significar um incremento nas políticas voltadas para a melhoria das condições escolares e um indicativo de que a área da Educação não está de costas para as condições de infraestrutura escolar”. Não obstante, o Inep (Brasil, 2020a) sinaliza que os indicadores de IE da esfera administrativa da rede municipal de ensino possuem os menores patamares. Assim, Falciano, Santos e Nunes (2016, p. 885) referem-se à importância dos dados do Censo Escolar do Inep, “realizado anualmente com informações de estabelecimentos da educação básica de todo o país, representa um importante suporte técnico para a formulação e a avaliação das políticas educacionais”.

O Censo da Educação Básica 2019 utiliza algumas variáveis para avaliar a IE, dentre as quais - banheiro para pessoas com deficiência (PCD), algum recurso de acessibilidade PCD, laboratório de ciências e quadra de esportes (coberta ou descoberta) (Brasil, 2020a). Assim, o artigo aprofunda-se em algumas dessas variáveis, em consonância com a estratégia 7.18 do PNE 2014-2024 (Brasil, 2014), que é ponto de convergência das políticas públicas educacionais. Nesse sentido, a meta 7 do PNE, que avalia a qualidade da educação básica, é elucidativa. No escopo deste, pretende-se verificar o cumprimento da Lei nº. 1.114 (PMAB, 2015), do PME, notadamente, a

estratégia municipal 7.18, que será utilizada como referência para o delineamento metodológico.

A presente investigação faz parte de um estudo maior³. Nessa perspectiva, propõe-se avaliar se houve avanços na infraestrutura das escolas públicas municipais dos anos finais do ensino fundamental de Armação dos Búzios-RJ, a partir do advento da estratégia municipal 7.18 da política pública educacional do PME 2015-2025. Foi realizada a triangulação metodológica entre o Censo Escolar 2023 (Portal QEdu, 2024) e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2023 (Brasil, 2024), com os resultados deste estudo. Com efeito, invoca-se a IE do sistema público municipal de ensino, que estará em voga. Isto posto, a referida estratégia tem por objetivo:

Assegurar a todas as escolas públicas de educação básica, espaço para a prática esportiva, equipamentos e laboratórios de ciências, acesso a bens culturais e artísticos e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência (PMAB, 2015, p. 7).

De fato, devido à relação direta com a prática pedagógica, serão analisados somente os elementos da IE já explicitados na estratégia municipal 7.18, embora constate-se o alinhamento do PME 2015 com o PNE 2014 (BRASIL, 2014; PMAB, 2015). Portanto, a infraestrutura *sine qua non* (imprescindível ao funcionamento do prédio escolar) de acesso à energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos presentes na estratégia 7.18 do PNE 2014, não será analisada neste estudo.

Salienta-se que, apesar de o estudo ter sido desenvolvido no âmbito do componente curricular Educação Física (EF), a revisão de literatura discute o fenômeno da IE para além do prisma desta disciplina acadêmica, sobretudo no contexto do ensino da educação pública, pelo arcabouço das políticas educacionais. Dessa forma, emerge a seguinte questão de pesquisa: como está a infraestrutura das escolas públicas municipais dos anos finais do ensino fundamental de Armação dos Búzios-RJ, a partir do advento da política pública educacional do PME 2015-2025? Houve algum avanço na nesta política educacional referente à execução da IE?

³ Trata-se de [tese de doutoramento](#) em Educação.

A estrutura do artigo inicia-se com esta introdução. A segunda seção, a revisão de literatura, aborda a epistemologia da IE por meio da política educacional. Na terceira seção, apresenta-se a metodologia investigativa utilizada. Na quarta seção, os resultados são apresentados e discutidos à luz da literatura. Por fim, emergem as conclusões.

REFERÊNCIAL TEÓRICO

A Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) apresenta o conceito de Educação Física de Qualidade (EFQ), termo que se refere “a experiência planejada, progressiva e inclusiva de aprendizagem, que faz parte do currículo na educação infantil, bem como na educação primária e na secundária” (UNESCO, 2015, p. 8). Logo, a metodologia de cumprimento de padrões mínimos da EFQ utiliza o princípio de inclusão e de acesso como uma das metas de referência.

A garantia de padrão de qualidade na educação pública brasileira é assegurada por marcos legais, como a CF, a LDB e o PNE - a Meta 7 (Brasil, 1996, 2014, 2018). Este robusto arcabouço teórico constitui o compromisso do Estado com a educação pública brasileira, universal, gratuita e “reúnem as diretrizes mais importantes sobre a infraestrutura escolar do país” (UNESCO, 2019, p. 16). A CF (Brasil, 2018), no art. 212, § 3º, relaciona o padrão de qualidade e equidade aos termos do plano nacional de educação. Convém salientar que o PNE de 2014 considera a melhoria da IE como uma das estratégias da Meta 7. Isto posto, o indicador para acompanhar a sua execução é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) (Brasil, 2014). Portanto, a UNESCO (2019, p. 19) sinaliza que a estratégia 7.18, relacionada à IE, é a seguinte: “A estratégia 7.18 da Meta 7 sintetiza os itens de infraestrutura a serem observados nas escolas públicas de educação básica”.

O Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, institui como política pública educacional o Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação e desenvolve, entre as suas principais medidas, o Ideb (Brasil, 2007; Da Fonseca Neto; Sol; Brito, 2021). Em síntese, trata-se de uma política de accountability (prestação de contas e responsabilização) do Ministério da Educação (MEC), divulgada a cada dois anos pelo Inep, que reúne dois dados: o fluxo escolar (taxa de aprovação - Censo Escolar) e o

desempenho dos alunos (avaliações nacionais em larga escala do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, em português e matemática). Quer dizer, trata-se de uma lógica neoliberal de responsabilização e de resultados pela aprendizagem dos alunos (Da Fonseca Neto; Sol; Brito, 2021).

A Meta 07 do PNE busca alcançar a média nacional de 5,5 no Ideb (referência para estados e municípios brasileiros) para os anos finais do ensino fundamental (Brasil, 2014, 2024; PMAB, 2015; UNESCO, 2019). No escopo desta, a Meta Municipal 07 do PME tem por objetivo: “Elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem da educação básica na cidade de Armação dos Búzios, com a melhoria do fluxo escolar, refletindo no crescimento contínuo do IDEB local, tendo em vista as projeções para o município” (PMAB, 2015, p. 6). Logo, se o objetivo é o crescimento contínuo do IDEB local, os dados do Ideb se relacionam à estratégia 7.18 por meio da IE, simplesmente por ser esta uma das estratégias responsáveis por melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem.

Primeiramente, a IE das unidades públicas municipais dos anos finais do ensino fundamental em Armação dos Búzios-RJ apresenta alguns desafios importantes. Notadamente, os relatos de diretores locais apontam a ausência de IE nas aulas de EF - as quadras poliesportivas em praças públicas, a ausência de laboratórios de ciências e de acessibilidade não atendem às necessidades curriculares, afetando a qualidade do ensino e o alcance dos objetivos educacionais (Ferreira Neto, 2020).

Ainda em Armação dos Búzios-RJ, Ferreira Neto (2024) infere que o problema da ausência de IE de quadra de esportes é estrutural e está na gênese dos projetos arquitetônicos escolares das políticas públicas educacionais do Poder Executivo Municipal - o Plano de Ações Articuladas (PAR) (Brasil, 2007). O quadro 1 revela a IE do município objeto do estudo.

Quadro 1 – A infraestrutura das escolas públicas municipais dos anos finais do ensino fundamental de Armação dos Búzios-RJ (código: 3300233)

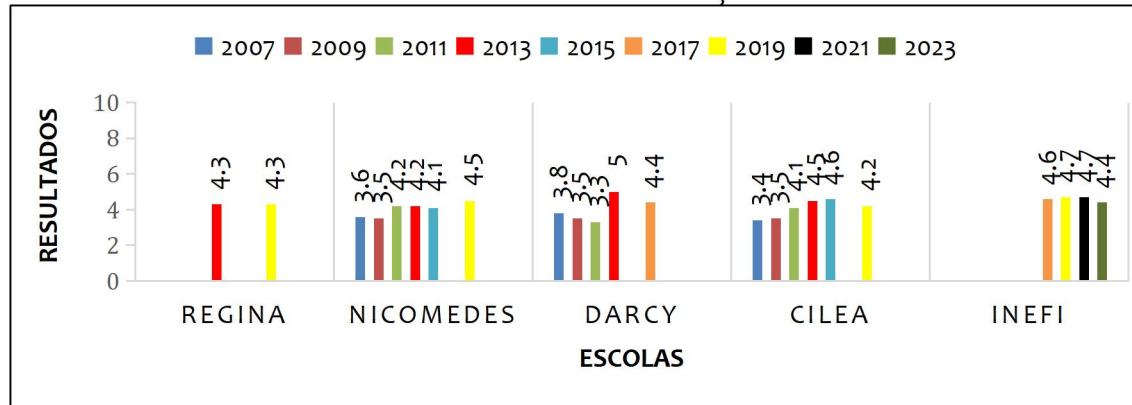
Escolas	Regina	Nicomedes	Darcy	Ciléa	INEFI	Ausência
Biblioteca	Não	Não	Não	Não	Não	100%
Laboratório de informática	Não	Não	Sim	Não	Não	80%
Laboratório de ciências	Não	Sim	Sim	Não	Não	60%
Quadra de esportes	Sim	Não	Não	Sim	Não	60%
Sala de leitura	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	0%

Sala de atendimento especial	Não	Sim	Sim	Sim	Não	40%
Escola com acessibilidade	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	0%
Dependências com acessibilidade	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	0%
Sanitário com acessibilidade	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	20%

Fonte: Portal QEdu (2024) (Censo Escolar 2023, INEP). Elaborado pelo autor

Em síntese, o quadro 1 aponta suficiência na IE de acessibilidade, à exceção do INEFI, no item sanitário com acessibilidade. Destarte, referente à IE de dependências físicas, constatam-se desigualdades educacionais, antagonizadas pela ausência e presença. Além disso, os dados do Censo Escolar 2023 e do Ideb indicam que a qualidade da IE afeta diretamente o desempenho dos alunos. Em Armação dos Búzios, os dados do Saeb 2019 sinalizam que os índices de aprendizado adequado em português (E1: 44%; E2: 52%; E4: 31%; E5: 35%) e matemática (E1: 23%; E2: 19%; E4: 10%; E5: 15%) são relativamente baixos no 9º ano de escolaridade dos anos finais do ensino fundamental, refletindo as dificuldades enfrentadas pelas escolas (Portal QEdu, 2024). Na sequência, o gráfico 1 destaca a série histórica do Ideb das escolas pesquisadas à luz da implementação do Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação (Brasil, 2007).

Gráfico 1 – Série histórica do Ideb das escolas públicas municipais dos anos finais do ensino fundamental de Armação dos Búzios-RJ



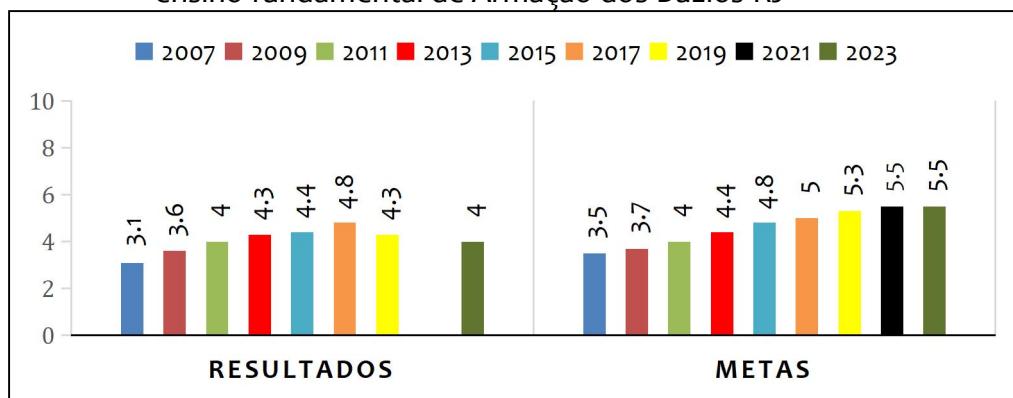
Fonte: Brasil (2024). Elaborado pelo autor

Historicamente, a série histórica (2007-2023) do Ideb das escolas públicas municipais dos anos finais do ensino fundamental de Armação dos Búzios-RJ é marcada pela ausência de dados em diversos biênios. Destaca-se o antagonismo entre o Ideb 2019 e 2023, em que, respectivamente, 80% das escolas divulgaram os dados

(Regina: 4,3; Nicomedes: 4,5; Darcy - não divulgado; Ciléa: 4,2; e INEFL: 4,7) e 80%, não (Brasil, 2024).

Por seu turno, o gráfico 2 revela a série histórica do Ideb da rede pública municipal dos anos finais do ensino fundamental de Armação dos Búzios-RJ. Ressalta-se, entre 2007 (3,1) e 2017 (4,8), a oscilação foi positiva. Destarte, em 2019 (4,3) e 2023 (4,0), a oscilação foi negativa.

Gráfico 2 – Série histórica do Ideb da rede pública municipal dos anos finais do ensino fundamental de Armação dos Búzios-RJ



Fonte: Brasil (2024). Elaborado pelo autor

No cotejo com o Ideb 2023 entre municípios próximos, Armação dos Búzios-RJ apresenta um dos piores resultados (4,0), ficando somente à frente da cidade de Cabo Frio (3,8), sendo superado por Iguaba Grande (5,5), Arraial do Cabo-RJ (4,8), São Pedro da Aldeia-RJ (4,6) e Araruama-RJ (4,3) (Brasil, 2024).

Da Fonseca Neto, Sol e Brito (2021) sublinham a trajetória dos anos iniciais do ensino fundamental implementada pelos municípios de Sobral/CE (referência de qualidade de ensino – 9,1 em 2017 - a maior nota do país) e Oeiras/PI (que saiu de 4,0 em 2013 para 7,1 em 2017). Reforçam os autores que, somente após a superação dos problemas de IE - físicos e administrativos (construção, reforma e ampliação), é que as gestões locais dos dois municípios empreenderam as reformas educacionais com as políticas de aprendizagem.

Por outro lado, entre os recursos disponibilizados no Brasil nas escolas de ensino fundamental por dependência administrativa, destaca-se que a esfera administrativa da rede municipal de ensino é a que possui os menores patamares de IE. A título de exemplo, dos 16 itens que compõem a IE, são elucidativos ao escopo deste

estudo os itens: banheiro PCD (37,5%), algum recurso de acessibilidade PCD (49,9%), laboratório de ciências (3,6%) e quadra de esportes (coberta ou descoberta) (31,4%) (Brasil, 2020a). Para comparação com os dados nacionais, respectivamente, o Estado do Ceará e o Estado do Rio de Janeiro (Censo da Educação Básica 2019)⁴ registram os seguintes resultados nas escolas municipais: banheiro PCD (47,1%; 58%), algum recurso de acessibilidade PCD (70,5%; 61%), laboratório de ciências (2,3%; 11%) e quadra de esportes (40,5%; 52%) (Brasil, 2020b, 2020c).

Soares Neto *et al.* (2013) verificaram que 14,9% das escolas brasileiras são classificadas no nível de infraestrutura adequada e 0,6% possuem infraestrutura avançada. Garcia, Prearo e Romero (2016) destacam que as empobrecidas infraestruturas das escolas brasileiras e a dura realidade do contexto de ensino não devem ser ignoradas, pois o desempenho acadêmico dos alunos é tributário da IE. Estes mesmos autores inferem, por meio dos dados do Censo Escolar de 2013, que, no cotejo de análise entre a infraestrutura de escolas municipais e estaduais, as escolas estaduais superam as municipais, o que contribui para a ampliação das desigualdades escolares. Este resultado antagônico e de insuficiência de IE pode ser observado, respectivamente, entre os equipamentos de laboratório de ciências (3,0%; 27,7%), laboratórios de informática (41,6%; 82,9%), sanitário para deficiente físico (19,4% e 41,5%), sala de atendimento especial (14,0%; 26,8%) e quadra esportiva (22,8%; 67,1%).

Na realidade, em conformidade com os estudos das últimas décadas, no Brasil, os indicadores analíticos têm sido utilizados para destacar a importância do espaço físico escolar dentro do processo educativo (Falciano; Santos; Nunes, 2016), ampliando a relevância de pesquisas científicas que utilizam o Censo Escolar para descrever a IE de ensino fundamental (Garcia *et al.*, 2014). Salienta-se que tais indicadores são adotados como suporte técnico de referência para o monitoramento e avaliação das políticas públicas educacionais (Alves; Xavier, 2018).

Em consonância com Alves e Xavier (2018), Duarte *et al.* (2019), baseados no Censo Escolar de 2013, sublinham que as piores condições de IE no Brasil concentram-

⁴ Sublinha-se o estado do Ceará como referência devido a consolidação histórica dos bons resultados alcançados no cenário nacional com o Ideb. Destarte, o estado do Rio de Janeiro foi citado por representar a Federação a qual pertence o município de Armação dos Búzios-RJ.

se nas regiões e localidades de níveis socioeconômicos mais baixos. Deste modo, evidencia-se a carência, o desfavorecimento socioeconômico e a invisibilidade das escolas públicas das regiões Norte e Nordeste, municipais e estaduais e rurais (agrupamento precário). De fato, Alves e Xavier (2018) sinalizam que a região Norte (3,9%) e a Nordeste (4,9%), as escolas rurais (4,0%) e municipais (4,9%) são detentoras dos registros de menores médias nos indicadores de IE e apresentam as maiores referências de desigualdades educacionais no país. No município de Sobral⁵-CE, De Paula *et al.* (2012) reforçam as dificuldades vivenciadas no contexto das unidades públicas nas aulas do componente curricular EF. Neste sentido, apontam a necessidade de maior atenção da secretaria de educação às políticas educacionais, sobretudo através da provisão de IE de quadra de esportes.

Destarte, o cenário educacional apresentado nas regiões e localidades de maior carência no país (Alves; Xavier, 2018; Duarte *et al.*, 2019) mostra que o PIB per capita do município de Armação dos Búzios-RJ, em 2023, foi de R\$ 84.721,42, e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é considerado alto, de 0,728 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] Cidades, 2024; IDHM, 2024). Embora detenha um IDHM alto e poder econômico (IBGE Cidades, 2024), os processos didáticos-metodológicos têm sido afetados em decorrência da ausência de políticas educacionais de IE (Ferreira Neto, 2020, 2022, 2024). Convém salientar a importância do espaço físico escolar nos municípios de Nova Iguaçu-RJ e Belford Roxo-RJ, como relatam Falciano, Santos e Nunes (2016, p. 889): “[...] o espaço físico também educa e que ter acesso a uma infraestrutura de qualidade constitui um direito de todas as crianças”.

Não obstante, na Região do Grande ABC Paulista-SP, Garcia *et al.* (2014) referem, através dos dados do Censo Escolar de 2013, que a IE de ensino fundamental se encontra bem estabelecida e supera com folga a dura realidade brasileira. A título de exemplo, ilustram esta situação as variáveis quadra esportiva, laboratório de ciências e

⁵ Foi selecionado pelo seu desempenho expressivo no Ideb de 2023, atingindo 7,9 nos anos finais do ensino fundamental. Esse resultado representa o melhor índice registrado no Brasil até a última divulgação, ocorrida em setembro de 2024. Em contraste, o município de Armação dos Búzios-RJ, objeto de análise neste artigo, obteve 4,0, ficando abaixo da meta nacional estabelecida de 5,5 (Brasil, 2024). Assim, buscou-se verificar possíveis correlações do Ideb com as políticas públicas educacionais de infraestrutura escolar.

dependências para deficientes físicos. Por fim, os autores mencionam que o nível de infraestrutura municipal (81%) e estadual (75%) supera, respectivamente, as médias nacionais (45%; 72%). Por outro lado, Ferreira Neto (2020), em Armação dos Búzios-RJ, percebeu que os atores educacionais (diretores, professores e alunos) descrevem um contexto escolar repleto de adversidades nas cinco (100%) escolas públicas municipais dos anos finais do ensino fundamental. Os resultados apontam prejuízos aos processos didático-metodológicos devido à ausência de políticas educacionais de IE, pois 80% das escolas não possuíam quadra de esportes. Constatou-se que as aulas em praças públicas são permeadas por contextos de vulnerabilidades sociais (tráfico de drogas e pessoas com armas de fogo), distantes das escolas, agravadas pela inexistência de banheiros, bebedouros e recursos humanos de apoio. Majoritariamente, 72,5% dos alunos (243 casos) descrevem que as aulas de EF ocorrem fora das escolas. Por sua vez, Santos e Capellini (2021), através da percepção dos gestores escolares e da análise *in loco* do espaço físico e dos recursos inclusivos, concluem que a IE das 16 unidades municipais do ensino fundamental de Bauru-SP torna as condições de acessibilidade ainda injustas para os alunos público-alvo da educação especial. Conclui-se que há a necessidade de ampliação e melhoria da IE física e de maior disponibilidade de recursos materiais.

Os conceitos de supraestrutura *versus* infraestrutura da sociologia, trazidos por Althusser (1980) e Freire (1981), contribuem como categorias de análise do objeto da pesquisa e lançam luz sobre a relação dialógica e antagônica como molas propulsoras do PNE e do PME. De um lado, o nível da superestrutura, através da instância jurídico-política e das ideologias (o direito e o Estado), impacta o PNE, a Lei nº 13.005 (Brasil, 2014), e o PME, a Lei nº 1.114 (PMAB, 2015); e, do outro, a infraestrutura (base econômica) promove o entrelaçamento da unidade de forças produtivas e das relações de produção.

Destarte, a meta 7 do PNE e do PME (a estratégia 7.18) e os dados estatísticos do Censo da Educação Básica sobre a IE, Borges (2003) revela que o cumprimento das metas do PNE pode ser traduzido em duas palavras: eficiência e igualdade, termos utilizados para justificar a necessidade de reformas educacionais. Este movimento

global de reformas educacionais iniciou-se na década de 1980, sendo influenciado por organismos internacionais, como a UNESCO, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), sob o ideário neoliberal da Nova Gestão Pública (*New Public Management*). Tese defendida sob a premissa de que a administração pública estabeleça práticas de mercado com objetivos de melhoria dos serviços públicos oferecidos à sociedade. (Amorim; Leite, 2019; Borges, 2003; Braga; Lopes, 2019; Silva; Galuch, 2018). Silva e Galuch (2018, p. 120) advertem que o ideário neoliberal defendido por esses organismos internacionais, tem por objetivo orientar a “[...] elaboração das políticas sociais voltadas à área educacional”. Posto que Mascarenhas (1998) alerta que a economia e a lógica do mercado promovem na educação a introdução de preocupantes técnicas de gerenciamento escolar e de controle de qualidade: “Percebe-se, então, a clara intenção de submeter a educação às leis do mercado onde a qualidade total e a competitividade apresentam-se como principal preocupação” (p.2). Esta narrativa, para Borges (2003, p. 130), subjaz o legítimo e declarado discurso neoliberal “de aumentar a eficiência e a equidade, ganhou papel de destaque na agenda do Banco Mundial para a reforma do Estado”.

Neste ínterim, nota-se que os dados sobre as políticas educacionais de IE no Brasil e nos distintos municípios apresentados são um convite à sociedade para a apropriação da coisa pública. Segundo Junior (2003, p. 43), “o termo público, associado à política, não é uma referência exclusiva ao Estado, como muitos pensam, mas sim à coisa pública, ou seja, de todos, sob a égide de uma mesma lei e o apoio de uma comunidade de interesses”. Porém, a precarização e o empobrecimento da IE são sintomas da falência dos sistemas públicos de ensino. Nesse sentido, Freire (1992, p. 5) adverte que o desrespeito à coisa pública desencadeia a exortação à mobilização da sociedade : “É que a ‘democratização’ da sem-vergonhice que vem tomado conta do país, o desrespeito à coisa pública, a impunidade se aprofundaram e se generalizaram tanto que a nação começou a se pôr de pé, a protestar [...]”. Por isso, possui relevo a hermenêutica do mundo social (Durkheim, 2011), representada pela escola pública, para a cidadania e transformação social, na consolidação dos direitos sociais e no respeito ao princípio do interesse público.

É crucial conhecer as condições de cidadania ofertadas nas escolas como mecanismo norteador dos princípios educacionais e tomada de consciência para a reversão da ausência de IE (Alves; Xavier, 2018; Ferreira Neto, 2020, 2022, 2024; Santos; Capellini, 2021). Visto que, Freire (1979, p. 35) salienta que não há como fugir da realidade: “Nenhuma ação educativa pode prescindir de uma reflexão sobre o homem e de uma análise sobre suas condições culturais”.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo que utiliza a abordagem de metodologia investigativa qualitativa (Gibbs, 2009), do tipo estudo de casos múltiplos (Yin, 2001), com o tratamento dos dados realizado por análise de conteúdo e a utilização de entrevistas semiestruturadas (Bardin, 2011). Assim, Gibbs (2009, p. 9) relaciona a pesquisa qualitativa ao estudo de caso: “A pesquisa qualitativa leva a sério o contexto e os casos para entender uma questão em estudo”.

A cidade de Armação dos Búzios-RJ está localizada na Microrregião dos Lagos e, segundo o Censo 2022, o município possui uma população de 40.006 habitantes. A área da unidade territorial corresponde a 70,977 km², e a densidade demográfica é de 563,65 hab./km², segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024). O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) de 2018 monitora os indicadores de saúde, educação, renda e emprego. Na área de educação, o IFDM do município, no ano-base de 2016, foi de 0,8485, considerado como alto desenvolvimento (IFDM, 2018).

O lócus da investigação engloba as cinco escolas públicas municipais dos anos finais do ensino fundamental (100%). Informa-se o código INEP das escolas e o quantitativo de alunos matriculados (Censo Escolar 2023): Escola Municipal Professora Regina da Silveira Ramos Vieira (33162786/462); Escola Municipal Nicomedes Theotônio Vieira (33027889/495); Escola Municipal Professor Darcy Ribeiro (33117918/439); Escola Municipal Ciléa Maria Barreto (33138222/570) e o Instituto de Educação e Formação Integral Judite Gonçalves – INEFI (33167397/697) (Portal QEdu, 2024).

Participaram da pesquisa cinco diretores gerais (DG). A média de idade foi de 46,4 anos. O cargo de direção geral (DG), majoritariamente, é ocupado por quatro mulheres (80%; DG-E1, E2, E4 e E5) e um homem (20%; DG-E3). O tempo médio de experiência na função diretiva foi de 6 anos; três estavam na função há três anos (DG-E1, E3 e E4) e, os outros, há 10 anos (DG-E2) e 11 anos (DG-E5). Sobre o tipo de vínculo funcional com a administração pública municipal, quatro (80%) dos diretores são contratados e apenas um (20%) é efetivo no cargo, o DG-E3. Todos aceitaram o convite, preencheram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As entrevistas foram gravadas, transcritas, analisadas na sua íntegra e validadas pelos participantes. A identidade dos diretores gerais (DG-E1, DG-E2, DG-E3, DG-E4 e DG-E5) e das escolas (E1, E2, E3, E4 e E5) foi preservada por meio da elaboração de códigos de referência. O guião de entrevista dos diretores escolares utilizado na recolha dos dados, consiste em um roteiro de entrevista semiestruturado elaborado pelo autor.

A chancela de aprovação do estudo foi concedida pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)/Hospital Universitário Pedro Ernesto (Certificado de Apresentação de Apreciação Ética - CAAE: 25614219.8.0000.5259), com a emissão do número do parecer: 3.706.948. Na sequência, com a autorização da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Armação dos Búzios-RJ, o pesquisador fez os devidos contatos com os diretores escolares e estabeleceu o cronograma de agendamento de visita às escolas para a recolha dos dados entre os dias 21 e 29 de novembro de 2019.

Em resumo, informa-se que os(as) diretores(as) escolares foram inquiridos(as) sobre a Lei n. 1.114 de 2015 - a meta 7 do PME de Armação dos Búzios-RJ. Notadamente, a estratégia municipal 7.18, se, e onde percebiam que as escolas avançaram, tendo em vista a projeção de elevar a qualidade do ensino e a aprendizagem da educação básica no prazo de 3 anos (PMAB, 2015). No conjunto, a análise de conteúdo revelou no Quadro 2 três categorias analíticas.

Quadro 2 – Categorias elaboradas a partir da pesquisa empírica

Categorias	Descrição
Paralisação da estratégia 7.18 do	Excertos que descrevem a paralisação da estratégia 7.18 do PME devido à deterioração e ao empobrecimento das políticas educacionais de IE,

PME	como: a ausência de quadra esportiva, de acessibilidade, de laboratórios de ciências e de informática, computadores danificados, a inutilização e a ausência de manutenção de equipamentos e a decadência na provisão.
Parcialmente cumprida	Fragmentos que descrevem o cumprimento parcial da estratégia municipal 7.18 do PME e as desigualdades entre escolas, que informam a presença de infraestrutura (laboratório de ciências, sala multimídia, banheiros adaptados e quadra esportiva sem acessibilidade) e a ausência (acessibilidade, quadra esportiva e espaços para práticas culturais).
Ineficaz	Frase que sinaliza a estratégia 7.18 do PME como ineficaz, uma projeção de poucos avanços; a percepção da presença de acessibilidade em algumas escolas antagoniza com a ausência de equipamentos, de laboratório de ciências e de que, em síntese, o ensino foi afetado.

Fonte: Elaborado pelo autor

A análise dos dados foi realizada com o suporte do software MAXQDA Analytics Pro Student 2020 (versão 20.4.0), com o objetivo de estabelecer e ordenar o sistema de categorização (codificação). A análise de conteúdo passou por três fases: a pré-análise, a exploração do material, o tratamento dos resultados obtidos e a interpretação. Ressalta-se que o critério de categorização semântica (categorias temáticas semelhantes) foi adotado. Sublinha-se que a pré-análise (exploração superficial do material) envolveu a leitura flutuante das entrevistas e evidenciou os fragmentos textuais de maior potencial de utilização: os segmentos codificados. Posteriormente, a exploração do material foi o processo de maior exaustão, profundidade e consistência de leitura, devido à seleção dos recortes de conteúdo. Na sequência, o tratamento dos resultados corresponde às unidades de análise utilizadas. Finalmente, a interpretação buscou decifrar o conteúdo das entrevistas por meio do aprofundamento dos segmentos codificados (Bardin, 2011).

Por conseguinte, as categorias de conteúdo emergiram à medida que as entrevistas eram sendo transcritas, lidas e relidas com a finalidade de conhecer o material recolhido e alcançar a saturação, a pertinência, a moderação, a precisão e a exclusividade dos elementos das categorias (Silva; Gobbi; Simão, 2005).

ANÁLISES E RESULTADOS

Salienta-se que os resultados sobre as políticas educacionais de IE da estratégia municipal 7.18 do PME de Armação dos Búzios-RJ foram agrupados em três categorias de conteúdo, a saber: paralisação da estratégia 7.18 do PME, parcialmente cumprida e

ineficaz. Destaca-se a convergência entre os objetivos da Meta 7 do PME à luz da estratégia 7.18 (Brasil, 2014; PMAB, 2015) e a metodologia de padrões mínimos para a garantia de uma EFQ (UNESCO, 2015).

Por fim, o processo de análise, a aplicação do guião de entrevista aos cinco diretores escolares, as anotações de campo e as observações *in loco* contribuíram para compreender o *modus operandi* da educação pública.

O estrangulamento da infraestrutura escolar sob o manto da estratégia 7.18 do PME

A categoria paralisação da estratégia 7.18 do PME, a primeira a ser analisada, manifesta-se a partir dos segmentos codificados da DG-E2 e da DG-E5. Os fragmentos referentes ao contexto de ensino denotam a paralisação e a deterioração da IE. Constatou-se a letargia do PME pela ausência de quadra escolar e de rampas de acesso, a deterioração, inutilização e carências de manutenção nos equipamentos das instalações dos laboratórios de informática e de ciências, na acessibilidade e nos banheiros.

A gente tem um laboratório de ciências maravilhoso lá atrás, que ele é inutilizado. Porém, de seis anos para cá, a gente vê uma decadência enorme. Por quê? Porque não houve a manutenção. Não houve pessoas para serem colocadas ali dentro. A infraestrutura foi deteriorando. Aí a gente tem aqui hoje uma sala de informática, a gente estava com todos os computadores estragados. A quadra do lado de fora. Acessibilidade a gente não tem. Porque se você for ali e se você tiver um cadeirante... a gente já teve acessibilidade aqui dentro. Fizeram aquele espaço ali, mas não fizeram rampa. Em relação à infraestrutura... A gente não tem mais nada. Parou. A verdade é essa. (Diretora DG-E2)

Eu não vejo muita mudança...Nós não temos a quadra dentro da escola, acessibilidade nós não temos, tem que melhorar muita coisa do que nós temos ainda. O que nós temos é precário, cadeirantes, os banheiros, tudo, isso aí não foi nada mudado ainda. Então assim, eu vejo que...Laboratório de ciências não temos, de informática também não temos. Então assim, aqui. Na E5, a gente ainda não conquistou essa parte. É uma escola nova, mas assim, não vejo progresso nesse sentido ainda não (Diretora DG-E5).

Infere-se que os excertos denotam o estrangulamento da educação pública devido à deterioração da IE e à paralisação da estratégia 7.18 do PME; o prazo de 3 anos para adequação das escolas às políticas educacionais não foi cumprido. Da inutilização de laboratórios de ciências à quadra de esportes fora da escola, os problemas de

acessibilidade e a ausência de laboratórios de informática são narrativas que evidenciam o descumprimento da referida estratégia. Neste sentido, em conformidade com Ferreira Neto (2024), a ineficiência, o descaso público e a precarização (categorias analíticas) descrevem que, no município de Armação dos Búzios-RJ, a construção das escolas públicas municipais dos anos finais do ensino fundamental esteve associada à ausência de IE de quadra de esportes, vestiários, laboratórios de informática e de ciências; portanto, o problema é estrutural, possivelmente no PAR. Logo, a meta 7, que visa elevar a qualidade do ensino e a aprendizagem na educação básica, está sendo comprometida. Nota-se o retrocesso e o declínio do Ideb em 2021 (4,3) e 2023 (4,0), que retoma os patamares de 2011, ambos abaixo da meta prevista (Brasil, 2024). Percebe-se que a precarização da educação pública, representada pelas dificuldades na IE, tem refletido nos resultados da aprendizagem dos alunos, enquanto Da Fonseca Neto, Sol e Brito (2021) revelam que a elevação do Ideb de Oeiras/PI e Sobral/CE foi precedida de melhorias e superação dos problemas na IE das redes públicas municipais de ensino.

Apesar da relevância dos apontamentos sobre a IE trazidos pelas diretoras, Sá e Werle (2017) concluem que, na área de Educação, a temática IE deve ser investigada como eixo nuclear das linhas de pesquisa e ter um maior aprofundamento das questões empíricas, visto que tem sido abordada de modo tangencial e periférico. Em suma, os resultados estão em consonância com a literatura sobre o quanto os municípios precisam avançar na IE (Brasil, 2020a, 2020b, 2020c), na consolidação e garantia de qualidade da educação básica, como indicam, respectivamente, o PNE, a CF e o PME de Armação dos Búzios-RJ (Brasil, 2014, 2018; PMAB, 2015).

Assim como a DG-E5 aponta a precarização na IE de banheiros, Da Fonseca Neto, Sol e Brito (2021) relatam que, em Oeiras/PI, verificou-se a ausência de infraestrutura básica (inclusive de banheiros) e de materiais didáticos em diversas escolas. Constatase que o ensino da EF, consagrado como direito fundamental (UNESCO, 2013, 2015), está em desconformidade com a estratégia 7.18 do PME e a metodologia de padrões mínimos para a garantia de uma EFQ nos itens: acessibilidade, quadra de esportes e

laboratórios de ciências e de informática (PMAB, 2015; UNESCO, 2015), devido à ausência de políticas públicas e à precarização da IE (Ferreira Neto, 2020, 2022, 2024).

Sublinha-se que os estudos de análise da IE no Brasil (Alves; Xavier, 2018; Soares Neto *et al.*, 2013) são convergentes com os resultados apresentados. A título de exemplo, evidencia-se baixos indicadores de IE nas unidades municipais de ensino fundamental em itens, como: algum recurso de acessibilidade PCD (49,9%), laboratório de ciências (3,6%) e quadra de esportes (coberta ou descoberta) (31,4%) (Brasil, 2020a). Destarte, os mesmos itens da IE no Estado do Ceará e no Estado do Rio de Janeiro, respectivamente, apresentam resultados superiores à média nacional em: algum recurso de acessibilidade PCD (70,5%; 61%), laboratório de ciências (2,3%; 11%) e quadra de esportes (coberta ou descoberta) (40,5%; 52%) (Brasil, 2020b, 2020c). Os dados destes dois estados estão em conformidade com Garcia *et al.* (2014), que constataram na Região do ABC Paulista que, em itens da IE, como: quadra esportiva, laboratório de ciências e dependências para deficientes físicos, os resultados da IE municipal e estadual superam, respectivamente, as médias nacionais.

Reitera-se que o Poder Executivo Municipal, por dever constitucional, possui responsabilidade na execução das políticas educacionais, embora a apropriação da infraestrutura deva ser permanentemente perseguida pelos integrantes da comunidade escolar como coisa pública (Freire, 1992; Júnior, 2003; De Paula *et al.*, 2012). Com efeito, há aqui o confronto entre a superestrutura e a infraestrutura (Althusser, 1980; Freire, 1981), representadas no chão da escola pela ineficiência dos marcos legais e pela realidade concreta de precarização e ausência das políticas educacionais de IE, notadamente do PAR (Ferreira Neto, 2020, 2022, 2024), sobretudo na região Norte, Nordeste, nas escolas públicas e rurais do Brasil (Alves; Xavier, 2018; Brasil, 2020a). Neste sentido, revela Freire (1992, p. 13) que: “A malvadez das estruturas socioeconômicas do país, que ganham cores mais fortes no Nordeste brasileiro, a dor, a fome, a indiferença dos poderosos, tudo isso deve havê-lo tragado desde há muito”.

As desigualdades educacionais e o cumprimento parcial da estratégia 7.18 do PME

A categoria, parcialmente cumprida, a segunda a ser analisada, invoca os excertos dos segmentos codificados do DG-E3 e da DG-E4 sobre as desigualdades educacionais e o antagonismo sob as vestes da presença e da ausência da IE.

Eu acho que foi parcialmente cumprida. Aqui nós temos o laboratório de ciências, já temos duas salas de multimídia. O que falta: acessibilidade - eu acho que é um problema crônico e não só de escola, mas do município, [...], então eu acho mais difícil você chegar à escola do que você se locomover dentro da escola. Nós já tivemos alunos cadeirantes e não tivemos grandes problemas quanto a isso na escola porque eu tenho banheiro adaptado, a largura da porta compensa. O difícil é o acesso à escola, eu acho que é o maior complicador. Quanto a espaço para a prática desportiva, é aquilo que é a grande solicitação da escola, é que o espaço passasse a ser da escola, não externo (Diretor DG-E3).

Nós não avançamos muito como a maioria da rede. Seria utópico falar que tivemos um grande avanço. Não. As nossas práticas, por exemplo, esportivas, qual foi o nosso avanço? Nós avançamos porque nós temos a quadra, mas para fazer um bom uso da quadra eu ainda tenho algumas adequações. Quando eu falo em acessibilidade, a quadra também não é preparada para atender acessibilidade. Eu ainda preciso de ajustes. Quando eu falo em práticas culturais e artísticas, eu tenho espaço aqui? Nós temos o Cine Teatro Rasa, mas a escola precisa ter... eu não tenho espaço. Como que nós vamos fazer para atender toda essa demanda do Plano Municipal se a gente não tem espaço físico para fazer? (Diretora DG-E4).

Ressalta-se que o resultado de Armação dos Búzios-RJ no IFDM na área de educação, de 0,8485 - alto desenvolvimento (IFDM, 2018), contrasta com os indicadores de IE apresentados pelo DG-E3 e pela DG-E4. Cumpre ressaltar que o evidente mecanismo antagônico narrado pelos diretores caracteriza o cumprimento parcial da estratégia 7.18 do PME. Tais narrativas de desigualdades educacionais percebidas na IE da mesma rede pública municipal de ensino são fatos concretos. Embora os dados do Censo Escolar 2023 apontem que a IE das unidades públicas municipais dos anos finais do ensino fundamental apresenta suficiência (100%) de sala de leitura e acessibilidade nas escolas e dependências físicas. Não obstante, outros cinco itens da IE apontam desigualdades e ausências de: bibliotecas (100%), laboratório de informática (80%), laboratório de ciências (60%), quadra de esportes (60%), sala de atendimento especial (40%) e sanitário com acessibilidade (20%) (Portal QEd, 2024).

Por sua vez, Ferreira Neto (2022) revela que, em função da avaliação negativa da política educacional de IE de quadra de esportes – o PAR (devido à totalidade das unidades de ensino utilizarem as praças públicas), desenvolveu-se a tese nas aulas de EF, denominada como fenômeno de mecanismo social solidário de compartilhamento de espaços públicos e ações docentes - as parcerias comunitárias. Infere-se que as consequências deste movimento neoconservador configuram o Estado Mínimo e apresentam as seguintes causas: a precarização perpetrada pela SEMED, ausência de investimentos, ineficiência materializada pelo desvio de finalidade, transferências de responsabilidades do Poder Executivo Municipal às instituições e a gênese estrutural (projetos de arquitetura escolar deficitários).

Reiteram Alves e Xavier (2018) e Soares Neto *et al.* (2013) que os maiores indicadores de IE, hierarquicamente, pertencem às escolas federais, privadas e estaduais em detrimento das municipais. Tais evidências são irrefutáveis e comprovam as desigualdades educacionais de IE. Ademais, Duarte *et al.* (2019) reforçam que as desigualdades se ampliam e invisibilizam-se nas escolas do agrupamento precário. Notadamente aqui, a precarização das condições da IE brasileira é facilmente percebida nas regiões Norte e Nordeste (maior contingente de alunos menos favorecidos socioeconomicamente), nas escolas municipais, estaduais e na localidade rural. À semelhança de Duarte *et al.* (2019), Brasil (2024) aponta que o Ideb dos anos finais do ensino fundamental (ano 2023) da região Sudeste (5,2) supera a região Norte (4,6) e Nordeste (4,7). Todavia, o resultado de Armação dos Búzios-RJ (4,0) é inferior à média dessas regiões geográficas.

Em conformidade com os problemas de acessibilidade narrados, Soares Neto *et al.* (2013) informam que somente 14,9% das escolas com infraestrutura adequada possuem quadra de esportes, seja coberta ou descoberta. Entretanto, apenas 0,6% das escolas com nível avançado de infraestrutura possuem laboratórios de ciências e dependências para estudantes com necessidades especiais. Igualmente, Alves e Xavier (2018) relatam que, a partir dos níveis de indicadores de infraestrutura VI e VII, as escolas do ensino fundamental apresentam instalações, equipamentos adaptados e acessibilidade, sobretudo para os alunos do atendimento educacional especializado (AEE). Por fim, invoca-se a metodologia dos padrões mínimos para se desenvolver uma

EFQ, sendo o acesso e a inclusão princípios fundamentais, de modo que governos e autoridades promovam políticas públicas educacionais de provisão à IE (UNESCO, 2015).

Em síntese, quando os fatos empíricos sobre o descaso e o abandono na educação pública são vivenciados pelos atores educacionais sem que ao mínimo ocorra uma profunda reflexão, aliena-se, acomoda-se e não se tem uma posição de mundo e sobre o mundo; não se elabora uma consciência crítica (Freire, 1987) sobre a disposição dos espaços sociais e sua relação com a estrutura da sociedade, ou seja, as dinâmicas entre a infraestrutura e a superestrutura (Althusser, 1980; Durkheim, 2011). Por fim, reside a superficialidade do Ideb como indicador de qualidade educacional e a tentativa de submeter a educação às leis do mercado e ao ideário do discurso neoliberal da Nova Gestão Pública (*New Public Management*), que, sob o pretexto de oferta de melhoria dos serviços públicos prestados à comunidade escolar, utiliza caracteres da lógica de mercantilização, como: *accountability*, gerenciamento escolar, controle de qualidade, aumento da eficiência e equidade (Amorim; Leite, 2019; Borges, 2003; Braga; Lopes, 2019; Da Fonseca Neto; Sol; Brito, 2021; Mascarenhas, 1998; Silva; Galuch, 2018).

A projeção ineficaz e a insuficiência da estratégia 7.18 do PME

Finalmente, a categoria ineficaz apresenta o segmento codificado da DG-E1 sobre a insuficiência da IE e o impacto causado no ensino pela estagnação da estratégia 7.18 do PME. Os resultados encontrados consideram a projeção de 3 anos do PME como ineficaz e insuficiente. Quanto à melhoria no ensino, poucos avanços foram feitos em relação aos objetivos estipulados pela Meta 7, de elevar a qualidade do ensino e a aprendizagem na educação básica.

A acessibilidade tem acontecido em algumas escolas. Agora, equipamentos, laboratórios de ciências, isso, zero. Ah, a projeção foi muito ineficaz, a gente pode dizer assim. Em Armação dos Búzios, a gente não teve... Três anos. A qualidade para o ensino não aconteceu para a prática. A gente não supriu em nada. Pouquíssimo. Em três anos poderia se ter evoluído muito mais (Diretora DG-E1).

De fato, a DG-E1 considera a projeção de 3 anos do PME como ineficaz. São robustas as afirmações sobre a insuficiência de equipamentos, laboratórios de ciências e acessibilidade ter ocorrido em algumas escolas. Enquanto isso, as evidências científicas de Alves e Xavier (2018) comprovam que 84,5% das escolas da educação básica brasileira possuem somente uma infraestrutura *sine qua non* (água, energia elétrica, esgoto, sanitário e cozinha); logo, carecem de condições que sejam destinadas diretamente ao desenvolvimento das práticas pedagógicas curriculares. Reforçam Soares *et al.* (2013) e Alves e Xavier (2018) que a presença de laboratórios de ciências e dependências para PCD é identificada apenas nos patamares mais elevados de IE.

Em conformidade com os resultados, salienta-se que o acesso à EF é um direito fundamental (UNESCO, 2013, 2015). Por outro lado, a narrativa de ausência de equipamentos e de laboratório de ciências no chão da escola é um fato grave, uma vez que a estratégia municipal 7.18 é a síntese da infraestrutura (UNESCO, 2019) e, no conjunto, uma das formas de se estabelecer a garantia de qualidade na educação básica (Brasil, 2014, 2018; PMAB, 2015).

Os resultados apresentados estão em consonância com os dados estatísticos do Inep sobre a redução de importantes itens da IE, como: algum recurso de acessibilidade PCD, laboratório de ciências e quadra de esportes (Brasil, 2020a, 2020b, 2020c). Ao passo que De Paula *et al.* (2012) inferem que, nas escolas públicas do município de Sobral-CE, a EF necessita de maior apoio do Poder Executivo Municipal (Secretaria de Educação), notadamente, de políticas educacionais de provisão de IE de espaços físicos, como quadra de esportes.

Não obstante, na região do Grande ABC Paulista-SP, Garcia *et al.* (2014) inferem que o nível de infraestrutura municipal (81%) supera a dependência administrativa estadual (75%) e as médias nacionais. Comprovou-se que a IE municipal possui médias elevadas em itens, como quadra esportiva (75,8%) e dependências para deficientes físicos (90,4%), à exceção do laboratório de ciências (6,6%). Santos e Capellini (2021) inferem que as condições da infraestrutura física das 16 escolas municipais de ensino fundamental de Bauru-SP promovem condições de acessibilidade injustas. Logo, sugerem a necessidade de reformulações na infraestrutura física e a disponibilidade de

recursos materiais e adaptados. Nesta perspectiva, Ferreira Neto (2022) identificou convergência nas respostas de professores e diretores sobre a IE, através das categorias não cumprimento da EFQ, insuficiência e/ou precarização. No concernente ao não cumprimento da EFQ, constatou-se que, além de comprometer a acessibilidade nas aulas de EF, condiciona, por conseguinte, o processo de inclusão. Em Armação dos Búzios-RJ, Ferreira Neto (2020) exorta que a ausência de quadra de esportes nas cinco escolas públicas municipais dos anos finais do ensino fundamental (100%) se configura como realidade promotora de movimento indutor de aulas em praças públicas envoltas por contextos de vulnerabilidades sociais.

Os estudos de Ferreira Neto (2020, 2022, 2024) comprovam o prejuízo ao ensino do componente curricular EF e à aprendizagem discente. Tais resultados podem ser confrontados e mais bem compreendidos a partir dos resultados e recuo do Ideb 2017 (4,8), 2019 (4,3) e 2023 (4,0) para os anos finais do ensino fundamental no município pesquisado, todos abaixo da meta prevista para 2017 (5,0), 2019 (5,3) e 2023 (5,5) (Brasil, 2024). Além disso, o baixo desempenho dos alunos do 9º ano e o resultado do Saeb 2019 em português e matemática (Brasil, 2024) são indicativos de que a estratégia 7.18 não tem avançado. Todas as escolas pesquisadas registraram Ideb abaixo da meta. Embora os valores de IDHM e IFDM sejam altos, majoritariamente, é prevalente a ausência de infraestrutura nas escolas (Portal QEdu, 2024). No cotejo entre municípios próximos, Armação dos Búzios-RJ registra um dos piores resultados do Ideb. Por fim, a literatura demonstra que o baixo desempenho dos alunos refletidos nos baixos indicadores do Ideb é tributário da IE (Brasil, 2024; Ferreira Neto, 2020, 2022, 2024; Garcia; Prearo; Romero, 2016). A título de exemplo, alguns dos municípios representados nos diversos estudos possuem Ideb abaixo da meta prevista de 5,5 (Garcia *et al.*, 2014; De Paula *et al.*, 2012; Santos; Capellini, 2021; Brasil, 2024). De fato, esta é a situação atual do Ideb para os anos finais do ensino fundamental nas microrregiões do país, nas cidades de São Paulo (4,8); na região do Grande ABC Paulista, nos municípios de Bauru (5,1); Diadema (5,2); Mauá (4,6); Rio Grande da Serra (5,1); Santo André-SP (5,2) e São Bernardo do Campo-SP (5,4). Algumas exceções são

os estados do Ceará (5,5) e do Rio de Janeiro (5,7); o município de Sobral-CE (7,9); Oeiras-PI (6,0); Ribeirão Pires-SP (5,7) e São Caetano do Sul-SP (5,8).

Em suma, as críticas dos diretores escolares são robustas e consistentes quanto à paralisia e à estagnação da estratégia 7.18 do PME. Os fragmentos relativos aos prédios escolares caracterizam o estado de abandono, precarização, deterioração, ausência de manutenção, decadência e inutilização da IE de laboratório de ciências e de informática, ausências de quadra de esportes, acessibilidade, rampas para cadeirantes e equipamentos. Esses fatos comprovam a violação ao art. 4, inciso IX, da LDB e ao art. 206 da CF (Brasil, 2018), ambos reunindo e consolidando a garantia de “padrões mínimos de qualidade de ensino definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno [...]” (Brasil, 1996). Por sua vez, caracterizam, por força de lei, a supraestrutura, e, por dificultar as forças produtivas e as relações de produção (a precarização das condições de trabalho), a infraestrutura (Althusser, 1980; Freire, 1981). Logo, a percepção é de que não houve avanços na Lei nº. 1.114, de 2015, que trata do PME (PMAB, 2015), especialmente em melhorias no espaço físico escolar, na acessibilidade e na construção de quadra de esportes. Por fim, menciona Freire (1987) que a passagem da consciência semi-intransitiva para a transitiva-ingênua ocorre automaticamente por força das transformações infraestruturais; contudo, o advento, entre a fase ingênua e a passagem mais importante, a transitividade crítica, “estava associada a um sério trabalho de educação, voltado para este fim” (p. 53).

CONCLUSÕES

Este artigo propôs-se a avaliar se houve avanços na infraestrutura das escolas públicas municipais dos anos finais do ensino fundamental de Armação dos Búzios-RJ, a partir do advento da estratégia municipal 7.18 da política pública educacional do PME 2015-2025. Logo, avança na direção para responder a questão de pesquisa: como encontra-se a infraestrutura das escolas públicas municipais dos anos finais do ensino fundamental? e; houve avanços na referida estratégia no tocante a execução da IE?

Os resultados foram confrontados por meio de triangulação metodológica entre o Censo da Educação Básica 2023 (Portal QEdu, 2024) e o Ideb 2023 (Brasil, 2024).

Utilizou-se a metodologia investigativa qualitativa do tipo estudo de casos múltiplos e a análise de conteúdo para o tratamento dos dados.

Em resposta ao objetivo da pesquisa e à primeira questão de pesquisa formulada, infere-se que a estratégia 7.18 do PME 2015-2025, como política pública educacional, não foi cumprida no prazo de 3 (três) anos, conforme determina a Lei n. 1.114 (PMAB, 2015). Em síntese, a análise dos resultados das cinco escolas investigadas comprova a ausência e o empobrecimento da IE, permeados na precarização, na paralisia, na não efetivação e falhas na entrega por parte do Poder Executivo do PME. As principais queixas dos diretores escolares sustentam-se na premissa da ausência de recursos de IE, como laboratórios de ciências, laboratórios de informática, bibliotecas, equipamentos, acessibilidade, quadra de esportes, espaço físico, manutenção de longo prazo (deterioração da IE) e sala de atendimento especial. Convém salientar que esses dados encontram sustentação na literatura (Portal QEdu, 2024). Embora a presença física de recursos da IE tenha sido reportada pelos participantes: banheiro adaptado, laboratório de ciências (inutilizado), salas multimídia, quadra de esportes sem acessibilidade (necessidade de adequações), sala de informática (computadores estragados) e banheiro para PCD sem adaptações (precarização). Não obstante, as adjetivações, como inutilizado, necessidade de adequações, estragados, precarização e ausência de acessibilidade e de adaptações, comprovam no chão da escola um contexto de ensino declinante e degradante, revestido de deficiências e de ausências na área de IE, que afetam a acessibilidade de PCD e o processo de ensino-aprendizagem.

Com efeito, a ancoragem da estratégia 7.18 na meta 7 do PME sintetiza os itens de infraestrutura escolar (UNESCO, 2019), avalia a qualidade da educação básica e tem no Ideb o indicador para verificar a sua execução. Deste modo, destaca-se a percepção da DG-E1 sobre o mecanismo de não transferência dos indicadores de IE para a qualidade do ensino: “A qualidade para o ensino não aconteceu para a prática”. Ao passo que tal afirmação está em consonância com o Ideb 2023, que apresenta uma média de 4,0 para as escolas públicas municipais dos anos finais do ensino

fundamental de Armação dos Búzios-RJ, 1,5 pontos abaixo da meta prevista (Brasil, 2024).

Infere-se, em resposta à segunda questão de pesquisa, que, majoritariamente, não houve avanços na política educacional da estratégia 7.18 do PME. As adjetivações sobre a ausência de progresso (DG-E5), a paralisia e o empirismo de agravamento das condições de IE (DG-E2), a confirmação de poucos avanços (DG-E4; DG-E1) e, por fim, a avaliação de uma projeção ineficaz do PME (DG-E1) são fatos consistentes e robustos, ao passo que superam a percepção de parcialmente cumprido (DG-E3).

Por último, reitera-se que 80% das escolas investigadas não possuíam quadra de esportes e laboratório de ciências (este último item é subutilizado). Todas as escolas, 100%, não possuem acesso a espaços físicos, como salas ou auditórios, para estimular os bens culturais e artísticos. Notadamente, as escolas enfrentam dificuldades de acessibilidade ao utilizarem os espaços durante as aulas de Educação Física. Conclui-se que os resultados apresentados neste artigo estão em consonância com a literatura nacional, regional e local sobre a precarização e a ausência de políticas educacionais de infraestrutura nas escolas municipais (Alves; Xavier, 2018; Brasil, 2020a, 2020c; Duarte et al., 2019; Ferreira Neto, 2020, 2022, 2024; Santos; Capellini, 2021).

Como limitações do estudo, considera-se a trajetória investigativa de apenas uma única etapa da educação básica - os anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano) e a localidade de apenas um município. Recomenda-se que outros estudos aprofundem a temática das políticas educacionais de IE no escopo da estratégia 7.18 da meta 7 do PNE e/ou PME, alinhadas ao componente curricular EF, para além da etapa da educação básica investigada e no contexto educacional de municípios fronteiriços e próximos à Armação dos Búzios-RJ. Por fim, que ocorra a exortação dos resultados encontrados e o cotejo para o contexto de escolas de áreas rurais, estaduais, privadas e federais, de diferentes regiões geográficas do Brasil.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado.** Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.

ALVES, M. T.; XAVIER, F. P. Indicadores multidimensionais para avaliação da infraestrutura escolar: o ensino fundamental. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, SP, v. 48, n. 169, p. 708-746, jul./set. 2018.

AMORIM, F. C. L. de; LEITE, M. J. dos S. A. A influência do Banco Mundial na educação brasileira: A definição de um ajuste injusto. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 28-41, 2019.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BORGES, A. Governança e Política Educacional: a agenda recente no Banco Mundial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 52, p. 125-138, 2003.

BRAGA, D. S.; LOPES, T. C. D. A educação sob a lógica do capital: Constituição e consolidação das políticas educacionais em países periféricos do capitalismo mundial. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 17-27, 2019.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República: Brasília, DF, 1996.

BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2018.

BRASIL. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implantação do plano de metas Compromisso Todos Pela Educação. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Básica 2019: notas estatísticas**. Brasília: INEP, 2020a.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo Técnico do Estado do Ceará: Censo da Educação Básica 2019**. Brasília: INEP, 2020b.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo Técnico do Estado do Rio de Janeiro**. Censo da Educação Básica 2019. Brasília: INEP, 2020c.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**. Brasília: INEP, 2024.

DA FONSECA NETO, J. C.; SOL, G. V.; BRITO, R. O. Local references of educational quality: A comparative study with Sobral/CE and Oeiras/PI trajectories. **Education Policy Analysis Archives**, [S. I.], v. 29, p. 93, 2021.

DE PAULA, A. S. do N.; ALBUQUERQUE, E. S.; FILHO, J. O. V.; LIMA, K. R. R.; SOUSA, J. L. P. de; MOURA, J. B. F.; SILVA, A. A. V. da. O ensino da educação física e a sua infraestrutura em questão: correlação com a prática pedagógica dos professores das escolas da rede municipal de Sobral/CE. **Motrivivência**. [S. I.], n. 39, p. 57-65, 2012.

DUARTE, M. R., GOMES, C. A.; GOTELIB, L. G. Condições de infraestrutura das escolas brasileiras: Uma escola pobre para os pobres? **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, [S. I.], v. 27, n. 70, 2019.

DURKHEIM, É. **Educação e Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2011.

FALCIANO, B. T., SANTOS, E. C.; NUNES, M. F. Infraestrutura escolar: um critério de comparação de qualidade na educação infantil. **Estudos em Avaliação Educacional**. v. 27, n. 66, p. 880-906, 2016.

FERREIRA NETO, R. B. The school infrastructure at the heart of the physical education classes: The scrapping of public education systems. **Education Policy Analysis Archives**, [S. I.], v. 28, p. 182, 2020.

FERREIRA NETO, R. B. **Entre o sonho e a realidade**: o "status quo" da Educação Física escolar brasileira. 2022. 667 f. Tese (Doutorado em Educação) - Escola de Doutoramento Internacional da USC (EDIUS), Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, 2022.

FERREIRA NETO, R. B. Estudo de casos múltiplos: a gênese dos projetos de infraestrutura escolar na Educação Física. **SALA 8: Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas e Gestão da Educação**, [S. I.], v. 1, n. 6, 2024.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GARCIA, P. S.; PREARO, L. S; ROMERO, M. C.; BASSI, M. S. A infraestrutura das escolas de ensino fundamental da Região do Grande ABC Paulista. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, SP, v. 9, n. 3, p. 614-631, 2014.

GARCIA, P. S.; PREARO, L. C.; ROMEIRO, M. C. Educação Básica: Base Nacional Comum e infraestrutura escolar. **Dialogia**, [S. I.], n. 24, p. 83-98, 2016.

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. São Paulo: Ed. Artmed; Bookman, 2009.

ÍNDICE BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (IBGE CIDADES). **Armação dos Búzios**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/armacao-dos-buzios/panorama>. Acesso em: 28 jul. 2024.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM). **Perfil. Armação dos Búzios**, RJ. Disponível em: <http://idhm.org.br/perfil/municipio/330023>. Acesso em: 28 jul. 2024.

ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL. (IFDM). **Pesquisa no IFDM do Município de Armação dos Búzios-RJ: Edição 2018 - Ano-base 2016**, 2018. Disponível em: <https://firjan.com.br/ifdm/>. Acesso em: 14 fev. 2019.

JUNIOR, R. J. Políticas Públicas de Educação Física, Esporte e Lazer: tensões e desafios de um projeto contra-hegemônico no Distrito Federal, 1995-1998. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 24, n. 3, p. 39-52, 2003.

MASCARENHAS, F. Educação Física Escolar: renovações, modismo, interesses, globalização...e o pulso ainda pulsa. **Pensar a Prática**, v. 1, n. 1, p. 48-58, 1998.

PORTAL QEDU. **Armação dos Búzios**. Censo Escolar 2023, INEP. Disponível em: <https://qedu.org.br/municipio/3300233-armacao-dos-buzios/>. Acesso em 12 set. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS. **Lei n. 1.114, 25 de junho de 2015**. Plano Municipal de Educação. Boletim Oficial do Município de Armação dos Búzios-RJ, 2015.

SÁ, J. dos S.; WERLE, F. O. C. Infraestrutura escolar e espaço físico em educação: o estado da arte. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 47, n. 164, p. 386-413, 2017.

SANTOS, C. E. M. dos; CAPELLINI, V. L. M. F. Inclusão escolar e infraestrutura física de escolas de ensino fundamental. **Cadernos De Pesquisa**, v. 51, p. e07167, 2021.

SILVA, C. A. R.; GALUCH, M. T. B. Política educacional brasileira no contexto da internacionalização do capital, da ressignificação de conceitos e da educação democrática. **Linguagens, Educação e Sociedade**, [S. l.], n. 40, p. 115–137, 2018.

SILVA, C. R.; GOBBI, B. C.; SIMÃO, A. A. O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Universidade Federal de Lavras, v. 7, n. 1, p. 70-81, 2005.

SOARES NETO, J. J.; JESUS, G. R. de; KARINO, C. A.; ANDRADE, D. F. de. Uma escala para medir a infraestrutura escolar. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 24, n. 54, p. 78-99, 2013.

UNESCO. **Quinta Conferência de Ministros e Altos Funcionários Encarregados da Educação Física e do Esporte (MINEPS V).** 2013. Declaração de Berlim. UNESCO, 2013.

UNESCO. **Diretrizes em educação física de qualidade (EFQ): Para gestores de políticas.** 2015. UNESCO, 2015.

UNESCO. **Qualidade da infraestrutura das escolas públicas do ensino fundamental no Brasil.** 2019. UNESCO, 2019.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

HISTÓRICO

Submetido: 05 de Out. de 2024.

Aprovado: 30 de Ago. de 2025.

Publicado: 12 de Set. de 2025.

COMO CITAR O ARTIGO - ABNT:

FERREIRA NETO, R. B. Infraestrutura Escolar: a política educacional da estratégia 7.18 do PME de Armação dos Búzios-RJ. **Revista Linguagem, Educação e Sociedade - LES**, v. 29, n.61, 2025, eISSN:2526-8449.